O JORNAL CORREIO DO NORTE E AS DISPUTAS OLIGÁRQUICAS NO AMAZONAS (1906-19012)

Deborah Vilhena Trindade

Universidade Federal do Amazonas

deborahvilhenaa@gmail.com

Resumo: O presente texto constitui-se em um recorte da pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como objetivo central investigar a trajetória do jornal Correio do Norte durante os seis anos de sua existência (1906-1912). O periódico apresentava-se com o subtítulo "Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas" e durante a maior parte de sua existência, teve como principais redatores Adriano Jorge e Heliodoro Balbi. Nesse período, Manaus como centro exportador da borracha, era uma cidade que se tornava metrópole, controlada por facções oligárquicas ligadas ao extrativismo, onde as disputas pelo poder se efetivavam no interior dos partidos políticos locais. Por vezes, era por meio dos jornais a quem estavam ligados, que tais grupos articulavam suas estratégias e jogadas políticas, sobretudo, pela capacidade de contato com o público que a imprensa possui, capaz de propagar ideias, opiniões, e, produzir em seus leitores, anseios, expectativas e interesses. Cabe-nos aqui, analisar o posicionamento do jornal frente a política local, comandada desde os primeiros anos do século XX pelo grupo oligárquico liderado por Silvério Nery, observando, assim, os conflitos, confrontos e arranjos ordenados em torno do poder. A princípio, vamos nos centrar nas primeiras atuações do Correio do Norte em 1906, enquanto aglutinador de opinião, e, atentar, para os movimentos realizados pelo jornal e seus correligionários antes do pleito para senador da República e deputado federal, realizado no mesmo ano, no qual era comum, que diversos periódicos marcassem a imprensa com ataques aos seus opositores e discursos calorosos em defesa de suas ideologias.

Palavras-Chave: Imprensa periódica, poder, política, facções oligárquicas.

1. Introdução

Ao analisarmos a Historiografia ao longo do século XX, percebemos que importantes mudanças ocorreram nos modos de pensar e escrever a História. Nesse sentido, destacamos a atuação da escola francesa dos *Annales* que, a partir de 1929 se colocou contra os dogmas da escola Metódica, corrente que enxergava a História como uma ciência positiva e na qual prevalecia a ideia de que o documento era símbolo da verdade. Sendo assim, somente os escritos oficiais como por exemplo, decretos e leis eram considerados documentos, pois acreditava-se que como tais, não punham em questionamento a veracidade das informações que continham.

Nesse sentido, somente após a segunda metade do século XX, período em que o historiador repensou o tratamento das fontes históricas, os jornais passaram a se apresentar como espaços constituintes de inúmeros aspectos da realidade. Assim, de

acordo com Luciano Everton Costa Teles, "a utilização da imprensa periódica como fonte para a pesquisa histórica brasileira ganhou terreno, ainda de forma tímida e lenta, na década de 1970 após a superação de antigas posturas que marcaram a prática historiográfica". (2015, p. 27-28).

Essa notoriedade entre os historiadores, foi influenciada, sobretudo, pelas novas tendências historiográficas que incorporaram ao campo e aos domínios da História, novos problemas, objetos e abordagens. Hoje, o jornal é visto como uma fonte valiosa para o estudo de uma época e da própria história da imprensa. Além de ser uma das principais fontes de informação, ele é útil, pois registra os acontecimentos de imediato, como salienta Capelato "A imprensa registra, comenta e participa da história (...) compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias do cotidiano*"* (CAPELATO, 1994).

Sendo assim, os estudos relativos a imprensa vem ganhando espaço e relevância na pesquisa histórica, seja como fonte para produção do conhecimento, seja como objeto de análise. Como fonte de pesquisa vem contribuindo de maneira substancial com a pesquisa história, servindo de base para investigação e compreensão de inúmeros objetos. Já como objeto de análise, percebemos inúmeros trabalhos que vem tomando a imprensa como objeto de pesquisa, destacando sua historicidade e suas interrelações, assim, o estatuto da imprensa sofreu um deslocamento ainda na década de 70: ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica.

E é exatamente nesse viés que esta pesquisa se insere, ou seja, se propõe a analisar a trajetória do jornal Correio do Norte (1906-1912) e estabelecer o papel desempenhado por esse periódico na sociedade amazonense, bem como sua relação com outros jornais da época, e dele com o cotidiano da cidade e de seus habitantes. Se propõe também a contextualizar o discurso, ou discursos, assumidos pelo corpo editorial, na medida em que os jornais não são um meio neutro de informação, mas estão sempre localizados socialmente. Dessa maneira, a imprensa tende a incorporar projetos sociais e políticos dos grupos aos quais representa, pois, as notícias veiculadas pelos periódicos são carregadas de aspirações, contradições e conflitos sociais dos homens de seu tempo, por isso não podem ser compreendidos de maneira descontextualizada do meio social em que estão inseridos, como afirma Cruz e Peixoto:

> Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. A Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.260).

A pesquisa também está atenta para a percepção do forte componente político empregado na atividade jornalística nos anos iniciais da República, principalmente as relações dos grupos oligárquicos com o jornal Correio do Norte, ou seja, analisar a relação entre o periódico e o poder público estabelecido no Amazonas naquele contexto. Para tanto, o jornal vem sendo trabalhado enquanto fonte e objeto de análise, no qual se tem investigado sua composição, seus projetos políticos e sociais, e os seus idealizadores, para perceber como o determinado jornal se constituiu e identificar o lugar social de onde fala, inventariando seus temas e assuntos de relevância. Mas nesse momento, vamos nos centrar no projeto político-social adotado pelo jornal e suas primeiras atuações em 1906 enquanto aglutinador de opinião e como foram suas primeiras atuações no cenário político do Amazonas.

2. Correio do Norte: Aspectos estruturais e animadores

Na obra intitulada *História dos, nos e por meio dos periódicos*, a historiadora Tânia Regina de Luca apresenta algumas técnicas fundamentais para o pesquisador que se propõe ao uso dos periódicos como fonte ou objeto de pesquisa:

> A atenção que se deve dar a materialidade dos impressos; a preocupação em se historicizar a fonte; a verificação das funções sociais dos impressos; a ilustração que o periódico veiculava; a investigação do aparecimento de novos grupos letrados; do grupo responsável pela linha editorial; além da atenção que o historiador deve ter sobre a escolha dos títulos e dos textos publicados. (LUCA, 2008, p.111-153)

Buscando seguir essas orientações, investigar a trajetória do jornal *Correio do Norte* nos leva a conhecer aspectos técnicos que nos deem subsídio para analisar em que circunstâncias o periódico foi produzido, comercializado e mantido. Sabemos, por

exemplo, que sua redação se localizava na rua Henrique Martins, n° 51, área central de Manaus, e, apesar de impresso em oficina própria, a mesma não funcionava conjuntamente com a redação. De acordo com notícia veiculada no dia 25 de fevereiro de 1906, isso ocorria devido a insegurança com que atuavam os jornais de oposição no Amazonas:

> Apezar de não termos um predio em que funccionem conjuctamente as nossas offinas e esta redacção, por se negarem as companhias de seguros a assegurar qualquer prédio por nós indicado para tal fim, devido ao justificado temor que tem os mesmos seguradores da falta de segurança que entre nós reina e dos incendios que sempre nesta cidade, perseguiram taes emprezas, continuamos a dar regularmente as nossas edições, mau grado os boatos aterradores de um proximo empastelamento. (Correio do Norte, Manaus, 25/02/1906)

Levando em consideração que produzir um jornal era bastante custoso, pois incluíam material, maquinário e mão de obra, geralmente essa etapa de produção era terceirizada. Sendo assim, tê-lo em mãos demonstra um significativo investimento para a manutenção da publicação.

Apesar do periódico estampar em seu subtítulo um dos principais objetivos de sua publicação "órgão do partido revisionista", pode-se observar que o *Correio do Norte* procurava manter certa autonomia financeira em relação ao partido. Nota-se, por exemplo, a cobrança de $200 (duzentos réis) pela edição do dia, sendo que edições anteriores também eram disponibilizadas ao custo de $500 (quinhentos réis). A assinatura semestral do periódico era comercializada por 20$000 réis na capital e 25$000 réis no interior. Para fins de comparação, *o jornal do commercio* cobrava em sua edição diária $300 (trezentos réis), o que indica um valor compatível com os concorrentes da época.

Outro aspecto importante que aponta para uma tentativa de independência financeira, era a reserva de um espaço para os anunciantes das chamadas profissões liberais, que a partir da edição de número 23, passou a se concentrar na coluna "Indicações úteis". Ali, podemos encontrar alguns notórios membros do Partido Revisionista do Amazonas, como nos casos do "Dr. Heliodoro Balbi – advogado"[1], do "Dr. Adriano Jorge

[1] Editor do jornal Correio do Norte e também membro do diretório do Partido Revisionista do Estado do Amazonas.

– Médico"[2] e "Dr. Alvaro de Castro Gonçalves – Dentista"[3], que apontam o engajamento da militância.

Mais generosas em seus espaços para os anunciantes, as últimas páginas do jornal traziam os mais diversos anúncios: desde informes sobre medicamentos – O elixir de Formiato de Sodio: Regenerador das forças musculares – passando por estabelecimentos comerciais como Pharmacia Barreira ou ainda Tabacaria e Charutaria Boer, Tabacaria Paraense, Restaurante Francez, El-dorado Café concerto, Alfaiataria Duarte, Armazens "Rosas" de J.G. Araujo, Casa "Carvalhaes", Agencia Camilo Ramos, Mercearia Souza e Irmão, Confeitaria America, o Armazen de ferragens, armarinho e miudezas de Pereira de Araujo & C e, por fim, a Loja do povo de Justino Lopes e C.[4]

Na coluna intitulada "Commercio", eram publicados serviços de utilidade pública em todas as edições, dividida em subseções ligadas à economia e ao movimento do porto de Manaus, entre estas pode-se citar: o "Boletim do Cambio" com a cotação da Libra em Paris, Portugal, Nova York, Espanha e na Itália; "Movimento do porto" que indicava a saída e chegada de embarcações e seus respectivos destinos; Também havia a cotação dos principais gêneros do Estado, como goma elástica, azeite, manteiga de tartaruga, castanha, entre outros.

Nesse primeiro ano de publicação, o jornal apresentou algumas colunas fixas nas duas primeiras páginas. Na capa do jornal havia a coluna dedicada ao "Noticiário" que fazia um resumo de acontecimentos da cidade ou sobre utilidades públicas. Já a "Gazetilha", noticiava os ocorridos em níveis regional, nacional e internacional. A primeira página, encerrava-se com poesias e poemas na coluna "AS URNAS", ora elaboradas por colaboradores do jornal, ora retiradas de alguma personalidade em voga na literatura nacional ou internacional, no qual podemos destacar Olavo Bilac e Celso Vieira.

Na segunda página, o *Correio do Norte* comumente apresentava a coluna "Intendencia Municipal" que publicava intimações, decretos e despachos do município de Manaus. Destaca-se também, a partir da edição 72, na segunda página do periódico,

[2] Editor do jornal Correio do Norte e também membro do diretório do Partido Revisionista do Estado do Amazonas
[3] Membro do diretório do Partido Revisionista do Estado do Amazonas.
[4] Correio do Norte. Manaus: 07 de fevereiro de 1906, p. 3 e 4.

um espaço na parte inferior destinada ao folhetim[5], no qual o jornal deixou claro a sua direção ao público feminino ao anunciar a publicação do primeiro folhetim no jornal:

> Começamos hoje a publicar um folhetim, cujo enredo, cheio de transes dramáticos, empolgara o leitor desde as primeiras phrases. Para o Mysterio d'uma tutela chamamos a attenção, principalmente das nossas leitoras, por o personagem principal do romance – uma donzella a quem, não so querem roubar a fortuna, mas até tentar contra a sua liberdade, pretendendo casal-a contra a vontade e assassinal-a por se recusar. (Correio do Norte, Manaus, 15/04/1906)

Quanto à sua tiragem, a maioria dos periódicos amazonenses não costumavam informar o número de exemplares publicados. Contudo, algumas informações podem ser inferidas a partir de notas publicadas no jornal quando sua vendagem alcançava números expressivos ou se esgotavam, como no caso da primeira e segunda edição que foi noticiada na coluna "Gazetilha":

> O nosso jornal – Temos hoje a alma rejubilada, cheia de justo desvanecimento que nos deixou no espirito a excepcional acceitação que o publico de Mánaos dispensou ao nosso orgam [...] A nossa tiragem de 6500 exemplares em duas edições, foi inteiramente exgotada. (Correio do Norte, Manaus, 23/01/1906)

Também no mês de março o jornal publicou outra nota, demonstrando o êxito na vendagem e aceitação do jornal:

> As nossas edições de nte-hontem e hontem foram completamente exgotadas. A primeira de 6 e a segunda de 4 mil exemplares. Ficamos desvanecidos com tanta gentileza do povo amazonense. (Correio do Norte, Manaus, 01/03/1906)

Somente a partir de 5 de abril de 1906, na edição de número 64, o jornal passou a publicar na sessão "Expediente" a tiragem do dia, sendo de 3.000 mil exemplares no ano de 1906, chegando a 6.000 exemplares em 1912, já como órgão independente.

Investigar a trajetória de um periódico é também conhecer seus editores e colaboradores. No caso do *Correio do Norte,* estes foram, no primeiro ano de publicação,

[5] O folhetim nesse período constituiu-se uma importante estratégia de venda. Marlyse Meyer debruça-se sobre a história do romance-folhetim e sua entrada no Brasil, bem como sua consagração em terras brasileiras no período da Belle Époque. MEYER, Marlyse. Folhetim: uma história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

Adriano Jorge e Heliodoro Balbi, como redatores, Olympio Soares, como gerente e Oswaldo Baptista como diretor.

Segundo Agnello Bittencourt, Adriano Jorge, natural de Alagoas, após ser diplomado como médico, dirigiu-se para o Amazonas, onde exerceu atividades na área da Medicina, com consultório localizado à avenida Eduardo Ribeiro, no qual, em muitos atendimentos, poucos pagavam pela consulta, o que acabou lhe conferindo ser chamado de *médico dos pobres.* Também atuou no magistério e foi presidente da Academia de Letras (BITTENCOURT, 1973). Na política, foi candidato a Deputado Federal e a Senador, mas sua atuação efetiva se deu como Deputado Estadual e Vereador. Na imprensa, atuou como jornalista e redator, com maior destaque no Correio do Norte, onde o produziu diretamente até 1910.

Já Heliodoro Balbi bacharelou-se em direito em Pernambuco. Regressando ao Amazonas, ocupou a cadeira de Literatura do Ginásio Amazonense, onde desenvolveu atividades entre o magistério e o jornalismo. Foi fundador e vice-presidente da Academia de Letras. Na política, atuou como Deputado Estadual e Federal, sendo reconhecido por seus ardorosos discursos, mas apesar disso não teve sucesso na carreira política (BITTENCOURT, 1973). Antes de desenvolver atividades jornalísticas no Correio do Norte, foi colaborador no *Jornal do Commercio* fazendo da imprensa um espaço de eloquência em defesa dos seus posicionamentos políticos.

3. O *Correio do Norte* e a causa revisionista

Assim que promulgada a constituição de 1891, logo teve início a campanha revisionista do texto adotado. Uma das primeiras manifestações revisionistas ocorreu na 60° sessão do Congresso Nacional Constituinte, quando antes mesmo da assinatura da nova Carta, o Deputado Constituinte de Goiás, Leopoldo de Bulhões proferiu a seguinte fala:

> "Por isso eu disse e repito: ela (a Constituição) não pode satisfazer a este País e sinto profundamente que antes de assina-la, me veja forçado a declarar a V. Exª que ela carece de revisão. A revisão será mais breve do que se suspeita, consagrando a liberdade bancária, a liberdade de navegação de costeagem, a incompatibilidade absoluta de cargos, a discriminação real e completa das rendas e, antes de tudo e sobretudo, a liberdade de legislação, isto é, o direito de cada Estado decretar as

> suas leis civis, comerciais e criminais, princípio este que foi, ontem, sumariamente executado nesta Casa"[6]

No transcorrer dos anos da Primeira República, foram cogitadas diversas propostas que pleiteavam uma reforma da Constituição que pudesse atender de maneira efetiva, alguns interesses políticos alinhados a nova administração nacional. Tais ideias foram largamente debatidas e divulgadas em programas partidários e pela imprensa da época.

A partir do segundo semestre de 1899, o chamado *Partido Revisionista*, organizado pelo ex-presidente Prudente de Moraes em São Paulo e aparentemente inspirado na recomendação do então senador Rui Barbosa sobre a "necessidade de apertar os laços da federação que os Estados, movendo-se com extraordinária independência, [estavam] anulando".[7] O programa dessa legenda foi publicado em 1901 e visava suprimir o cargo de vice-presidente e tornar a eleição para presidente indireta, realizada pelo Congresso. Também propunha reformar dos casos em que o governo central poderia intervir nos Estados: a faculdade de o Poder Executivo poder prorrogar leis anuais; a reforma eleitoral e a presença de ministros no Congresso, entre outros tópicos.[8]

A campanha foi ganhando corpo e de acordo com Jaqueline Zulini, "células do Partido Revisionista foram fundadas em vários estados a partir de 1900" (ZULINI, 2016), inclusive no Amazonas, em setembro de 1905, aceitando os programas de revisão de Silveira Martins, Pedro Moacir, Rafael Cabeda, Barros Casal, Alcides Lima, Alberto Salles, Júlio de Mesquita, Martins Júnior, Rui Barbosa, Barbosa Lima e Lauro Sodré.

O partido foi representado na imprensa local pelo jornal "*Correio do Norte – Orgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas". De* acordo com Heloísa de Faria e Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto, pode-se inferir muitas informações de um jornal pelo seu subtítulo, como seus grupos produtores e para quem se destinam, além da natureza do conteúdo que se pretende articular no projeto editorial (CRUZ; PEIXOTO,

---

[6] Anais da 60ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891. https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-ac1891-rgpb-ans-65-1062 Acesso em 22 de novembro de 2022.

[7] *Jornal Pequeno*, n° 20, 16/08/1899, p.1.

[8] *Diário de Pernambuco*, n° 165, 07/11/1901, p.1. Há registros da fundação de uma célula do Partido Revisionista no Recife em meados de 1899 (*Jornal Pequeno*, Edição n. 19, 14/08/1899, p. 2), cujo programa é divulgado em 1903 (*Diário de Pernambuco*, Edição n. 214, 24/09/1903, p. 1).

2007). Nesse sentido, o subtítulo "Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas"[9] indica que o jornal foi criado para dar sustentação política ao partido, tornando-se o principal veículo das ideias de pensadores e intelectuais em defesa das propostas revisionistas da Constituição de 1891, sobre o qual o jornal declara:

> Os patriotas do Amazonas, hoje congregados em partido politico militante no Estado, assumem desde já o compromisso solenne, de, filiando-se a essa corrente de opinião remodeladora da vida política do paiz adoptal-a como bandeira e defendel-a como principio, na vida que hoje inicia. (Correio do Norte, Manaus, 21/01/1906)

Para tanto o jornal, já em sua primeira edição, lançou um manifesto a nação brasileira e especialmente ao povo amazonense, com intuito de enumerar os motivos pelo qual adotara a causa revisionista, no qual defendiam, como principais pontos da revisão os artigos 1°, 2°, 6° e 68° da Constituição da República de 1981, e ainda: unidade da lei eleitoral em todo país; completa autonomia municipal concernente aos seus interesses; extinção do cargo de vice-presidente da República; eleições presidenciais através do sistema francês ou pelo sufrágio universal; autorização do congresso e sanção do presidente da República para que os estados pudessem realizar empréstimos externos; a reversão das terras e minas devolutas ao domínio da União; mandato de sete anos para presidente, 4 anos para depurado federal e 8 anos para senador; impedimento de governos estrangeiros possuírem imóveis no Brasil; eleição para governadores de estado, através de lista tríplice, sendo os menos votados classificados como vice governadores, de acordo com a contagem de votos.

Na mesma ocasião, o jornal lançou a chapa com a qual o partido se apresentava para as eleições que seriam disputadas no dia 30 de janeiro: Jonathas Pedrosa para senador da República e Heliodoro Balbi para deputado federal. Também foi dado apoio político ao médico Manoel José Ribeiro da Cunha para senador da República pelo Partido Monarquista que, àquela época, estava associado aos revisionistas, que por sua vez, estavam confiantes na nova lei eleitoral, acreditando que, com ela, as tentativas de fraudes

[9] O primeiro diretório do partido era composto por Carlos Theodoro Gonçalves, Adriano Jorge, José Francisco Soares Sobrinho, Álvaro de Castro Gonçalves, Jeremias dos Santos Jacintho, Joaquim Freire da Silva e Joaquim Francisco de Paula.

não se realizariam por parte das forças políticas estabelecidas no Amazonas. A esse respeito, o diretório publicou em 21 de janeiro de 1906, dias antes das eleições federais:

> (...) O Partido Revisionista do Amazonas, arrimado ás garantias que a Nova Lei eleitoral offerece a todos os cidadãos e certo de contar com o apoio moral do eleitorado independente deste Estado, resolveu sahir da penumbra dessa já hoje criminosa abstenção em que se tem deixado asphixiar as menorias no Brasil, para pleteiar o terço da representação do Amazonas no Congresso Nacional, na eleição a realisar-se a 30 de janeiro corrente. (Correio do Norte, Manaus, 21/06/1906)

Importante salientar que nesse período, Manaus de uma cidade pequena e acanhada, transformou-se junto com Belém numa espécie de capital mundial da borracha (PINEHIRO, 1999). Nesse contexto, os grupos oligárquicos da região, sobretudo ligados ao extrativismo, fortaleceram-se e acirraram sua disputa pelo poder, que se efetivavam no interior dos partidos políticos locais. Por vezes, era por meio dos jornais a quem estavam ligados, que tais grupos articulavam suas estratégias e jogadas políticas, principalmente, como afirma Capelato, pela possibilidade de exercer seu domínio através da difusão de ideias e do controle de opinião (CAPELATO, 1994), também por ter se tornado o principal meio de contato do meio político com o público (BARBOSA, 2000).

4. O *Correio do Norte* e as disputas oligárquicas no Amazonas: a eleição de 1906

Os embates eleitorais do período de eleição tornam-se peças fundamentais para compreender a relação entre os jornais e a política no Amazonas, uma vez que a imprensa, em momentos de eleições, torna-se ainda mais partidária (THOMPSON, 2002). Tomando como referência o princípio de que os meios de comunicação contribuem para a construção de cenários favoráveis ou desfavoráveis para determinados candidatos, enquadrando os eventos de campanha sob este ou aquele prisma nas notícias que veicula (THOMPSON, 2002), o eleitor sofre, então, uma influência considerável da mídia, visto que a mesma se configura como uma principal fonte de informação sobre os candidatos. Nesse contexto a comunicação deixa de ser meio para tornar-se o ambiente fundamental, no qual a política se desenvolve.

A partir dessas conjecturas, podemos observar como o *Correio do Norte* atuou nas eleições de 1906, considerando a relação entre imprensa e poder no Amazonas. Cabe

salientar que, assim como ocorriam em outros estados, as facções oligárquicas[10] "*manipulavam o poder para servir aos seus interesses próprios, o que se realizava por via de alianças com os donos do poder*" (SANTOS, 2021, p.45). Essas facções eram pautadas a partir de interesses políticos e econômicos, sendo possível observar aproximações e distanciamentos de acordo com o momento vivido, ainda que pertencessem ao mesmo partido político. À exemplo, Eloína Monteiro dos Santos discorre sobre esse movimento ocorrido na década de 1910, no qual foi protagonizado por Silvério Nery, que tinha sob seu controle o jornal *Folha do Amazonas*, e Antônio Bittencourt, dono do jornal *Diário do Amazonas*. Em meio ao alvoroço político, após a deposição de Bittencourt do Governo em 1913, Jonathas Pedrosa assumiu como sucessor ao lado de seu vice Guerreiro Antony, que tempos depois tiveram divergências políticas e geraram novas facções. Pedrosa e seu grupo lançaram o jornal *O Tempo* no intuito de combater a forte oposição sofrida, e o de Antony lançou *O Liberal* (Idem, p. 48-51). Importante salientar que esta última facção já havia sido formada a partir de uma divergência com o grupo dos Nery.

Nesse sentido, havia se estabelecido no estado, desde o início do século XX o domínio de Silvério Nery (Partido Republicano Democrático – PRD) , e, posteriormente, assumiu o governo do estado, seu irmão, Constantino Nery (Partido Trabalhista Conservador), que foi amplamente confrontado pelo editorial do *Correio do Norte*, denunciando, cotidianamente, o descaso do governo local com a população, à corrupção existente entre as esferas de poder estabelecidas naquele momento e as mazelas sociais, assumindo uma postura oposicionista à administração exercida na cidade.

Faltando pouco mais de uma semana para as eleições de 1906, no qual estavam sendo disputados os cargos de Senador e Deputado Federal, as páginas do *Correio do Norte* atuaram em duas frentes: primeiramente dava o devido destaque aos candidatos da chapa revisionista, Jonathas Pedrosa e Heliodoro Balbi, respectivamente. Em paralelo, selecionava temas que estampavam diversas críticas ao governo local, dando ênfase a situação econômica de penúria, que segundo os articulistas do periódico, o Amazonas se encontrara, mesmo diante de avultosas arrecadações obtidas pelo estado. A esse respeito,

[10] Nesta pesquisa, entende-se por 'facções' os grupos formados a partir dos partidos políticos cujos membros tinham laços de sangue ou interesses em comum, e que muitas vezes entravam em desacordo sobre seus projetos políticos e econômicos em Manaus.

o artigo do dia 28 de janeiro de 1906, intitulado 'A actual administração', faz uma breve análise do Governo de Constantino Nery em um ano e meio de administração, assim declarando:

> (...) Nesse longo espaço de tempo já a recebedoria arrecadou para o Estado 30 mil contos e para os municípios 1500 e essa fabulosa quantia não chegou ainda para a satisfação dos primeiros compromissos assumidos pelo governo para o desempenho do seu programma administrativo. Já as Obras Publicas tem promptos 8000 contos de novos attestados de trabalhos que desconhecemos, e para o pagamento dos quaes o Thezouro inventou uma espécie de moeda ate hoje ignorada na historia dos governos civilizados (...) Ao lado dessa fulgurante riqueza esperdiçada está o espectaculo insolito da penúria.
> O funccionalismo do interior atrasado em um anno dos seus vencimentos; em igual ephoca os serventuários inválidos; em mais ainda as pensões das viúvas e orphãos; em seis meses o funcionalismo da Capital, em cinco, os 1200 homens desnecessários da sua força publica. (Correio do Norte, Manaus, 28/01/1906)

Podemos ainda citar outros artigos com ataques contundentes a administração de Constantino Nery, como por exemplo, "*A compra da biblioteca*" em que os valores da aquisição do acervo do sr. Fernando Paes Barreto pelo preço de 120 contos são duramente criticados, visto que o jornal declara ser o acervo composto por obras comuns se comparado ao fabuloso pagamento feito por elas. Em outra importante publicação intitulado "*A crise*", o jornal relata sobre a grave situação econômica do tesouro do Estado, alertando sobre o perigo da fome e da miséria que espreitava a população. Por fim, o texto "*Candidatura a la diable*" o jornal atacou o candidato apoiado por Constantino Nery a senador da República, Alexandrino de Alencar, e relembrou o incêndio do jornal, também de oposição, *Quo Vadis?* em 1904, questionando quais os serviços prestados pelo candidato ao Amazonas e ao partido que o quer eleger. Essa postura combativa e crítica na imprensa era esperada, pois eram os recursos que o jornal dispunha para atingir seu público alvo, que nesse momento, era o eleitor.

No dia do pleito, 30 de janeiro, o jornal buscou incentivar os eleitores ao cumprimento do voto, demonstrando em seu editorial que a lei assegurava a liberdade necessária para a livre escolha de seus candidatos, pois, era comum, que funcionários públicos sofressem ameaças e constrangimentos por parte do governo. Assim, publicou o

jornal, na coluna "*Noticiário*" o artigo 131 da Constituição: "Todos os funcionários públicos que tenham cinco annos de serviço ao estado, são declarados vitalícios, so podendo ser demitidos em vista do processo regulamentar" (Correio do Norte, Manaus, 30/01/1906).

No dia seguinte, após o pleito, a edição denunciou duas irregularidades consideradas relevantes na primeira sessão eleitoral. Primeiro, com artigo intitulado *"A fraude eleitoral da 1ª sessão"*, o jornal lançou o protesto apresentado por Heliodoro Balbi, destacando 5 motivos do documento. Segundo, a pressão exercida sobre os funcionários públicos que foram postos sob vigilância e, ao votarem na chapa revisionista, tiveram seus nomes assinalados pelos encarregados do grupo situacionista. Cabe salientar que a sessão era presidida pelo sr. Domingos Andrade, administrador da recebedoria do Estado, e nela votaram o sr. Silvério Nery, ex governador, Sá Antunes, secretário do governo e o sr. Raymundo Afonso, presidente do partido da situação. Dentre os vários pontos do protesto, destacamos os seguintes:

> 1° Negação do primeiro boletim declarando o numero de eleitores que nesta secção votaram. Bem como o numero dos que deixaram de comparecer;
> 2° por ter sido tirada para fora do recinto dos trabalhos eleitoraes , para uma sala secreta, inaccecivel a inspecção do fiscal abaixo assignado, a urna portadora dos votos sem que, ao menos fosse lacrada, por occasião em que foram almoçar os mesários. (Correio do Norte, Manaus, 31/01/1906)

No intuito de formalizar as denúncias contidas no protesto, dentre outras, Heliodoro Balbi procurou entregar, pessoalmente, uma petição à Junta Apuradora do Estado, sem sucesso. Em logo artigo no jornal, datado de 04 de março de 1906, Balbi detalhou as inúmeras tentativas de entregar ao logo do dia, a petição ao juiz seccional do Estado, o sr. dr. José Maria Corrêa de Araújo, alarmando o leitor que não houve quem soubesse do paradeiro do juiz seccional até as 16h, horário limite para apresentação do protesto.

Outra alternativa empreendida por Balbi, foi de procurar os tabeliães para transcreverem o protesto, também sem êxito, visto que eles também se achavam foragidos, à exceção de um, que se negou formalmente a fazê-lo.

Esgotadas todas as tentativas por meios legais os membros do Partido Revisionista publicaram um boletim e o distribuíram pelo povo, fazendo também com que chegassem à Imprensa Carioca e ao sr. Ministro do Interior os seguintes telegramas:

> BOLETIM CORREIO DO NORTE
> AQ POVO
> O dr. José Maria Corrêa de Araújo, actualemte exercendo o cargo de Juiz Seccional está escondido desde hontem as 4 horas da tarde, para não acceitar o protesto que hoje inserimos no nosso jornal sobre a escandalosa sessão da Junta Apuradora.
> Estamos sem garantias!
> A Justiça Federal se esconde!
> O Escrivão Federal hoje às 11 horas também se escondeu.
> Infeliz Justiça! Desgraçado Amazonas que tudo corrompe pelo dinheiro!
> Manaós, 3 de março de 1906.
>
> TELEGRAMMAS
> Correio da Manhã, Paiz, Brazil, Jornal do Commercio, Tribuna, Gazeta Notícias – Junta Apuradora funcionou duas horas, escandalosamente apurando chapa unanime governo. Candidato eleito oposição protestou. Juiz Federal escrivão escondidos. Povo sem garantias indignado.
> *Correio do Norte.*
>
> Ministro Interior = Juiz Seccional appoia fraude Junta apuradora. Elle e escrivão escondidos evitar protestos. Providencias.
> *Correio do Norte.*

Diante do exposto, partiu o candidato da oposição em direção ao Congresso Nacional no dia 21 de março de 1906. Segundo Almir Diniz as palavras de Balbi entraram para História e nunca mais foram esquecidas. Assim disse no próprio Plenário da Câmara: "Os ladrões da minha terra são tão audaciosos que escalariam o Céu se lhes dissessem que as estrelas eram libras esterlinas" (2002, p.89)

Essa grave questão, acalorou ainda mais a crise eleitoral e política administrativa do Amazonas, visto que Heliodoro Balbi, embora eleito, não assumiu o cargo em 1906. Através da Comissão de Poderes[11], foi reconhecido em seu lugar Henrique Ferreira Penna

[11] Empreendida por Campos Sales, a função da Comissão de Poderes era de analisar os diplomas dos deputados e verificar a validade das eleições que o elegeram. Na prática, se tornou um instrumento de manipulação das composições legislativas, visto que, ainda que diplomados, as oposições de qualquer estado não teriam os seus diplomas reconhecidos. Seja qual fosse o resultado, sempre prevaleceria a situação.

de Azevedo, em jogada política realizada entre o poder local, encabeçado pelo senador Pinheiro Machado e o sistema federal dominante.

Apesar da oposição sempre contundente de Balbi e Adriano na edição do *Correio do Norte*, não houve mudança no resultado da eleição de 30 de janeiro ou da fraude, o que acirrou a oposição do Partido Revisionista do Amazonas contra o governo estadual, no qual o principal desdobramento foi o empastelamento do *Correio do Norte* em 3 de julho de 1906, onde a redação do jornal foi cercada pela polícia, comandada por Vicente Reis, sob a denúncia de que haviam dinamites no interior da redação. Esse ataque da polícia resultou na morte de Oswaldo Baptista, colaborador do jornal. Depois desse episódio, o jornal encerrou suas atividades e voltou a circular em Manaus somente em 1909.

5. Considerações Finais

Ainda estou trabalhando em algumas leituras para aprofundar a análise do jornal *Correio do Norte* enquanto força política e sua relação com os grupos oligárquicos estabelecidos no Amazonas, e como este se movimentava nas esferas do poder em defesa de seus ideais. Como nos sinaliza Maria Helena Capelato, através da imprensa é possível entrar em contato com os diversos projetos políticos e visões de mundo apresentadas na efervescência de ideias de determinado período e que por isso "grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro" (CAPELATO,1994, p.34)

Sendo assim, essas são algumas das questões que busco refletir e interpretar, e o recorte desse trabalho, ainda em andamento, já nos permitem alguns esboços da pesquisa que tem se revelado promissora em contribuir com a escrita da História da Imprensa e da Política no Amazonas através da trajetória do jornal *Correio do Norte*.

FONTES

Jornal Correio do Norte

Ano I (1906, 1909, 1910) – Números 1 a 364);

(Disponível no acervo de Periódicos do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas, no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e na Hemeroteca Digital Brasileira).

Jornal Pequeno

Ano I (1899) – Número 15, 19 e 20

Ano V (1903) – Número 205, 206 e 2014

(Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira).

Anais da 60ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em https://arquivohistorico.camara.leg.br

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Almino. Heliodoro Balbi e o esbulho eleitoral. Brasília: Câmara dos Deputados, CDI.1998, p.12.

BARBOSA, Marialva. Os Donos do Rio: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e História do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Revista Projeto História, São Paulo, n.35, pp. 253-270, dez. 2007.

DINIZ, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas; Dicionário Biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

MEYER, Marlyse. Folhetim: uma história. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Edua, 1999.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. A rebelião de 1924 em Manaus. 4ª edição revista - Manaus: Editora Valer, 2021.

THOMPSON, John B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2002.

ZULINI, Jaqueline Porto. Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política)